



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24785/2022
Data do Início	29/12/2022
Folha	47
Rubrica	

Processo nº 24785/2022

PARECER GPG N.º 19/PGM/2022
RECURSO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 13/2022 - ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 05/01/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de Recurso interposto pela ARES EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ao edital de pregão eletrônico n.º. 13/2022, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTILITÁRIO para atender as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Pesca de Maricá.

I – A RECORRENTE alega que as empresas SUPER LAGOS, LUGOM e AVANTE descumpriram os critérios de entrega da proposta detalhe ao não apresentarem o detalhamento de custo na forma do subitem 11.16.3 do Edital.

II – A RECORRIDA (SUPER LAGOS) em sede de contrarrazões alega, às fls. 41/43, que não há que se falar, em primeiro momento, em entrega de planilhas de detalhamento e decomposição, uma vez que estes são complementos da proposta final. Aduz ainda que, a proposta final é entregue após a realização do certame.

III- A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, às fls. 45/46 ressalta a ocorrência de erro material, onde na observação da proposta detalhe não constou expressamente o item 11.16.3 do edital. Afirma ainda que, o erro detectado não gera nenhum tipo de problema para a licitação, já que o referido documento não receberia análise naquele momento, uma vez que ainda aconteceria a fase de lances, o que alteraria o valor final da proposta.

É o relatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24785/2022
Data do Início	29/12/2022
Folha	48
Rubrica	

II - DO MÉRITO

Verifica-se que o cerne a ser debatido concerne ao momento para apresentação da planilha de custos e formação de preços, bem como a eventuais erros constantes no aludido documento.

A esse respeito, há indagações quanto aos itens 11.16, 11.16.1, 11.16.2 e 11.16.3 do instrumento convocatório. Nessa senda, o Recorrente procede à isolada interpretação do item 11.16.3, de modo a insurgir-se quanto aos procedimentos realizados no curso do certame, alegando que a planilha de decomposição de custos e valores unitários deveria ser apresentada por todos os licitantes.

Em que pese o alegado, parece-nos elementar a qualquer raciocínio interpretativo que eventuais subitens do edital não podem ser deduzidos de modo contextualizado ao item principal do texto (item 11.16), sendo este manifesto ao preceituar que “o licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances formais”.

A impossibilidade em se utilizar o método literal de modo estanque, distanciado de toda contextualização do ordenamento jurídico é tema também aduzido na jurisprudência, como o Superior Tribunal de Justiça já enunciou que a “interpretação meramente literal deve ceder passo quando colidente com outros métodos de maior robustez e cientificidade” (STJ – Resp 9934/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira).

Como se não bastasse, a título de orientação, destacamos o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seu Anexo VII – Diretrizes para elaboração do ato convocatório:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24785/2022
Data do Início	29/12/2022
Folha	49
Rubrica	

“7.8. Quando a modalidade de licitação for pregão, realizado na forma eletrônica, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor;

7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;”

Assim, entende-se que a condução realizada pela Comissão Permanente de Licitação fora procedida em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor, pois irrazoável a exigência da apresentação de planilha com decomposição de custos em etapa anterior ao lance vencedor.

Outrossim, a Comissão de Licitação ainda afirma que a não entrega do documento na sessão não importou em qualquer prejuízo à Administração Pública, uma vez que o documento seria apresentado posteriormente à fase de lances, com seus valores devidamente atualizados, na proposta realinhada.

No caso em tela, verifica-se - de fato - a ocorrência de erro material no momento da elaboração do edital, em razão da não previsão do item 11.16.3 na observação da proposta detalhe. Todavia, conforme explando pela Comissão de Licitação, tal aspecto não nos parece ter sido capaz de gerar prejuízos a Administração Pública Municipal, nem malefícios à competitividade do certame.

Ratifique-se ainda que a hipótese de retificação nem nos parece plenamente amoldada à circunstância fática, uma vez que – consoante já retratado – a planilha seria obrigatoriamente apresentada na finalização da fase de lances.

Ainda assim, a vasta evidência de precedentes do Tribunal de Contas da União demonstra que possíveis erros materiais são passíveis de retificação, consoante abaixo exposto:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24785/2022
Data do Início	29/12/2022
Folha	50
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

(...) a mencionada desclassificação da proposta não deve ser considerada uma obrigação, mas uma prerrogativa do poder público, que deverá ser exercida de acordo com o princípio da razoabilidade, em especial considerando a necessidade de se buscar a proposta mais vantajosa aos cofres públicos. **Por esse motivo, o Ministro-Relator fez referência ao princípio do formalismo moderado, no sentido de que seria apropriado, zelosamente, esgotar os meios possuídos para obtenção da melhor proposta, realizando-se diligências para suprir as informações faltantes**” (TCU - Acórdão 3381/2013 – Plenário – Rel. Min. Valmir Campelo)

“Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado”. (Acórdão 898/2019 – Plenário, Representação - Relator Ministro Benjamin Zymler)

“A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto. (Acórdão 830/2018 – Plenário, Representação - Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

“Divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24785/2022
Data do Início	29/12/2022
Folha	51
Rubrica	

possuem caráter subsidiário e instrumental”. (Acórdão 906/2020 - Plenário, Representação, Relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira)

“Licitação. Julgamento. Erro material. Proposta de preço. Desclassificação. Diligência. Preço global.

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto”.

Acórdão 830/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

“Licitação. Julgamento. Erro material. Composição de custo unitário. Preço unitário.

Estando os preços global e unitários ofertados pelo licitante dentro dos limites fixados pela Administração, **é de excessivo rigor a desclassificação da proposta por divergência entre seus preços unitários e respectivas composições detalhadas de custos, por afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações.** Referida divergência se resolve com a retificação das composições, sem necessidade de modificações ou ajustes em quaisquer dos valores lançados na proposta a título de preços unitários”.

Acórdão 2742/2017 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24785/2022
Data do Início	29/12/2022
Folha	52
Rubrica	

Portanto, considerando o princípio da razoabilidade, em especial a necessidade de se buscar a proposta mais vantajosa aos cofres públicos e ainda princípios da economicidade e da transparência, sem considerar os ditames editalícios e os precedentes das Cortes de Contas, entende-se que os aspectos suscitados não devem se evidenciar como argumentos para a desclassificação de uma licitante, desde que se evidencie que o erro que não importe em prejuízo aos demais licitantes e nem à Administração Pública.

III - CONCLUSÃO

Por todo exposto, este Órgão opina pelo atendimento às diligências descritas neste parecer, para fins de análise recursal, cabendo à Autoridade Competente proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento s.m.j. À Comissão Permanente de Licitação,

Islay Monnerat

Assessora

Mat.: 106.203

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

FABRÍCIO MONTEIRO PORTO
Procurador-Geral do Município